

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Correio Brasileiro*

Class.: 118

Data: 5 de junho de 1980

Pg.: _____

Indigenistas fazem alerta a Andreaazza

E divulgam documento comprovando corrupção

AVELINO DO VALE

Uma série de denúncias, incluindo corrupção, foi feita ontem como "um alerta" ao ministro Mário Andreaazza, do Interior, contra a direção da Fundação Nacional do Índio, em Brasília, através de documento divulgado pelos sete indigenistas que segunda-feira última pediram demissão em protesto contra a exoneração de três colegas e a "política antiindigenista" do órgão.

O documento foi distribuído à imprensa depois que o ministro negou que exista uma crise na Funai, classificando os últimos acontecimentos como "manifestações de indisciplinados, desordeiros e agitadores", em referência aos demissionários, e afirmando que o presidente do órgão subordinado é "um homem que tem profundo amor e respeito pelo índio".

Entre outras denúncias, os indigenistas afirmam que "o atual presidente da Funai fez um convênio com a firma C. R. Almeida S/A - Engenharia e Construção, conforme o Contrato nº 029/80 de compra e venda, no qual a Funai vende areia e seixo retirados da área indígena Guajajara do Posto Indígena Pindaré, no Maranhão, ao preço de Cr\$ 100,00 a carrada de cinco metros cúbicos, quando o preço mínimo na região é de Cr\$ 450,00". De acordo com os denunciantes, o contrato foi celebrado "contrariando ainda o presidente da Funai os pareceres da própria Assessoria daquela presidência, conforme processo Funai 858/1165/79".

CARRO NO RIO

Os sete indigenistas denunciam, também através do documento que "a Funai comprou um veículo Fiat para a Representação do Rio de Janeiro cuja serventia principal é para que um motorista dessa Fundação leve a filha do coronel Nobre da Veiga" - o presidente da autarquia - "ao colégio. Todos os dias, esse motorista tem que

deslocar-se nas primeiras horas do dia, de Realengo para Botafogo e de lá para Cosme Velho, para apanhar a estudante, enquanto que em áreas indígenas muitas vidas humanas são perdidas por falta de uma viatura para transportá-las". A respeito, diz o documento que "quase uma dezena de índios foram assassinados este ano, sem que o presidente da Funai tomasse medidas concretas para punir os responsáveis". E indaga, ao ministro: "será que nós, demissionários, por discordarmos por isso e muito mais somos indisciplinados, desordeiros e agitadores?"

POESIAS

O "alerta" dos indigenistas ao ministro Mário Andreaazza é no sentido de que "o atual presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, pode comprometer-se profundamente com a política antiindigenista que está sendo desenvolvida pela atual diretoria do órgão, num total desrespeito ao Estatuto do Índio". Eles revelam, como prova, "a declaração do coronel Ivan Zanon, quando diz que "o Estatuto do Índio é livro de poesias para o devaneio dos intelectuais".

Os denunciantes pedem permissão ao ministro para discordar quanto ao amor e respeito do coronel Nobre da Veiga pelos índios, lembrando os últimos acontecimentos, "quando ele, presidente da Funai, recebe lideranças com aparato policial repressivo". Esses acontecimentos indicam, são "as últimas manifestações dos índios Xavante, Apurinã, Guajajara, Caxinava, Gaviões, Krenak e Bakairi".

No documento explicam que as denúncias ao ministro se fazem "necessárias" para que, "não só como Ministro, mas como cidadão comum, analise e veja os drásticos rumos com que a política indigenista de Rondon é aviltada, desrespeitada e esquecida, sem falar da ignorância declarada da Funai pelo anseio dos índios, com o muito bem têm demonstrado os últimos líderes que vieram à

Brasília procurar diálogo e entendimentos, voltando, no entanto, às suas aldeias; decepcionados e estarrecidos".

QUEM SÃO

Dos sete indigenistas que pediram demissão da Funai, cinco trabalhavam junto aos Xavantes, no Mato Grosso. São eles Odenir Pinto de Oliveira, funcionário com 12 anos de serviço, na Chefia da Ajudância no município de Barra do Garças, tendo sido transferido para a sede do órgão, à disposição do Departamento Geral de Operações, após o rompimento dos índios com seu órgão tutor, em consequência de Nobre da Veiga ter chamado a polícia quando de reuniões com os líderes tribais, dias 5 e 7 de maio último, em Brasília; Fernando Schiavini, que chefiava o PI de Pimentel Barbosa, no mesmo município, com seis anos e meio como funcionário da Funai; antropólogo Cláudio Roniero, considerado um dos indigenistas brasileiros que mais conhecem os Xavantes, com mais de quatro anos de atividade; a orientadora educacional da Ajudância de Barra do Garças, Marta Maria Lopes, com cerca de três anos e meio de serviço, e Francisco Figueiredo, chefe do Posto Indígena de Couto Magalhães, oito anos de profissão.

Os outros dois indigenistas que subscrevem o documento são, o médico Antônio Luiz de Macedo, há dois anos na Funai, ultimamente chefiando a Equipe Volante de Saúde da 5ª Delegacia, de Cuiabá, atendendo todas as comunidades indígenas de Mato Grosso, com exceção das do Parque do Xingu e do Projeto Xavante.

Segundo revelou ontem Odenir Pinto de Oliveira, na véspera do episódio, ele foi convidado pelo diretor do DGO, coronel Godinho, a desistir de sua demissão, recusando a proposta de aceitar sua designação como assistente desse Departamento, com o salário de Cr\$ 98.000,00, mensais. "Para não compactuar com essa escalada contra o índio", disse ele.

Entidade de antropólogos está perplexa e apreensiva

Após tentar, desde sexta-feira, sem êxito, uma audiência com o presidente da Funai, a diretoria da Associação Brasileira de Antropologia encaminhou-lhe, ontem, através do protocolo do órgão, uma nota, manifestando "apreensão e perplexidade pelas demissões sumárias e inexplicáveis para um órgão carente de mão-de-obra especializada", após fazer uma série de denúncias. Eis a nota, na íntegra:

"Estamos convencidos de que o interesse da agência do governo encarregada da questão indígena na contribuição de antropólogos nasce por imposição de suas obrigações legais de tutela. Esse interesse significa o reconhecimento de uma qualificação e uma ética que vêm identificando o antropólogo na construção do indigenismo, isto é, uma ideologia e uma prática a serviço dos direitos dos povos indígenas.

No exercício desse indigenismo, a agência oficial adquire legitimidade se apoiada na ação do antropólogo, enquanto tradutor

dos interesses desses povos. Essa condição do antropólogo, se deve ao fato de que no seu processo de qualificação uma das exigências básicas é que tenha sido treinado pelos próprios sistemas sociais nativos e que no seu processo de conscientização ética, tenha internalizado a regra fundamental, que é a solidariedade irrestrita aos povos que estuda.

O conflito entre antropólogos e a agência oficial acontece no momento em que os direitos e os interesses dos povos indígenas são preteridos em favor de outros interesses e pretensões de direitos.

Preocupa à ABA (Associação Brasileira de Antropologia), os últimos acontecimentos envolvendo FUNAI e antropólogos. De um lado, constata-se a persistência da política de impedimento das pesquisas e tentativas de manipulação das atividades dos pesquisadores segundo interesses do órgão. Do outro, atitudes administrativas internas reprimendo, transferindo e demitindo antropólogos, numa posição franca de cerceamento do exercício da profissão.

gundo informou a assessoria.

De acordo com nota da Funai, o plano instituído "terá como encargo precípuo garantir aos índios a permanência em seu habitat, proporcionando-lhes os indispensáveis recursos para a promoção do seu bem-estar". A equipe designada para executá-lo "funcionará junto à Ajudância Autônoma de Barra do Garças (MT), que lhes prestará todo o apoio logístico necessário", informa, ainda, a nota.

ÍNDIO É PRESO

Em outra nota, a Funai informou ontem que, "por causar tumultos na Casa do Ceará, que

Os fatos se tornam mais ameaçadores na medida em que configuram um conflito cujas consequências são:

- o esvaziamento e ruptura de uma tradição da prática indigenista, devido aos constantes remanejamentos e demissões dos antropólogos da Divisão de Estudos e Pesquisas da Funai descaracterizando-a a ponto de transformá-la em um setor com atividades meramente burocráticas;

- prejuízo da atividade de pesquisa dos antropólogos da Funai e de outras instituições, que incide sobre as soluções dos problemas indígenas, uma vez que não serão orientados por um conhecimento da realidade;

- ameaça os direitos dos povos indígenas, marcadamente o direito à terra.

Nessas circunstâncias queremos reiterar a Vossa Excelência nossa apreensão e manifestar nossa perplexidade pelas demissões sumárias e inexplicáveis para um órgão carente de mão-de-obra especializada".

Professora de História irá tomar conta dos xavantes

A designação de uma bacharel em História para ocupar a função de antropólogo em uma equipe multidisciplinar encarregada de executar o Plano de Desenvolvimento dos Xavante causou protestos, ontem, por parte de funcionários da Funai e de outros indigenistas, pouco depois que a instituição do plano foi anunciada pela direção do órgão, através de sua assessoria de imprensa. Ana Maria da Paixão, a bacharel em História, foi designada para a função juntamente com o engenheiro agrônomo Alair Grangeon de Siqueira, o economista Vicente Luiz de Almeida e a engenharia civil Sirlei Correia Marques, se-

através de convênio com a Funai hospeda os índios em trânsito por Brasília (...) foi detido pelas autoridades da 2ª Delegacia Policial de Brasília o índio Wehandju Karajá, que, na última segunda-feira, havia chegado à Capital transferido da Ilha do Bananal". Segundo a nota, "a polícia foi chamada à Casa do Ceará por outro índio, Paulinho José Diauri, também Karajá, depois que Wehandju regressou às dependências daquela entidade embriagado e provocando a todos". A nota finaliza dizendo que "A Funai tomou todas as providências cabíveis visando à liberação de Wehandju".